Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Balanço patrimonial em 30 de junho Em milhares de reais

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante	43.151	33.590	Circulante	49.473	41.765
Disponibilidades (Nota 4)	261	235	Depósitos (Nota 9)	38.645	29.394
Relações interfinanceiras (Nota 4)	7.578	11.436	Depósitos à vista Depósitos a prazo	6.488 32.157	6.417 22.977
Operações de crédito (Nota 5)	33.743	21.042	20000000 4 51420	02.107	22.077
Operações de crédito	34.709	21.979	Relações interdependências		
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(966)	(937)	Obrigações por empréstimos (Nota 10)	1.100	
			Relações interfinanceiras (Nota 10)	8.426	11.395
Outros créditos	1.155	499	Outras obrigações	1.302	976
Rendas a receber	80	123	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	53	24
Créditos por avais e fianças honrados	152		Sociais e estatutárias	239	116
Diversos (Nota 6)	1.035	395	Fiscais e previdenciárias	123	86
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(112)	(19)	Diversas (Nota 11)	886	750
Outros valores e bens (Nota 7)	414	378	Exigível a longo prazo	1.637	
			Relações interfinanceiras (Nota 10)	1.637	
Ativo realizável a longo prazo		12.640			
Operações de crédito (Nota 5)	14.250				
Operações de crédito	14.962	12.703	Patrimônio líquido (Nota 13)	7.779	6.001
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(712)	(63)	Capital social	6.579	5.288
			Fundo de reserva	814	614
Permanente	1.488	1.536	Sobras acumuladas	386	99
Investimentos (Nota 8)	702	702			
Intangível (Nota 8)	128	156			
Imobilizado de uso (Nota 8)	658	678			
Total do ativo	58.889	47.766	Total do passivo e do patrimônio líquido	58.889	47.766

Demonstração das sobras ou perdas Em milhares de reais

				Sem	estres findos e	m 30 de junho
			2016			2015
	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total
Receitas da intermediação financeira	5.711		5.711	3.216		3.216
Operações de crédito (Nota 5)	5.711		5.711	3.216		3.216
Despesas de intermediação financeira	(3.459)		(3.459)	(1.529)		(1.529)
Operações de captação no mercado (Nota 9)	(1.962)		(1.962)	(1.082)		(1.082)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 10)	(550)		(550)	(132)		(132)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	(947)		(947)	(315)		(315)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.252		2.252	1.687		1.687
Outras receitas e despesas operacionais	(1.654)	53	(1.601)	(1.467)	75	(1.392)
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	279	180	459	148	193	341
Rendas de tarifas bancárias (Nota 14)	465		465	315		315
Despesas de pessoal (Nota 15)	(1.383)	(43)	(1.426)	(1.081)	(48)	(1.129)
Despesas administrativas (Nota 16)	(1.825)	(56)	(1.881)	(1.150)	(51)	(1.201)
Despesas tributárias	ì	(28)	(27)	(5)	(19)	(24)
Outras receitas operacionais (Nota 17)	1.049	, ,	1.049	423	` ,	423
Outras despesas operacionais (Nota 18)	(240)		(240)	(117)		(117)
Resultado operacional	598	53	651	220	75	295
Resultado não operacional		(96)	(96)		(6)	(6)
Resultado antes da tributação sobre lucro	598	(43)	555	220	69	289
Imposto de renda e contribuição social		(43)	(43)		(22)	(22)
Provisão para imposto de renda		(20)	(20)		(11)	(11)
Provisão para contribuição social)		(23)	(23)		(11)	(11)
Sobras (perdas) do semestre/semestre	598	(86)	512	220	47	267
The state of the s						

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social integralizado	Fundo de reserva	Sobras acumuladas	Total
Em 1º de janeiro de 2015	4.152	614	137	4.903
Destinação do resultado acumulado Distribuição de sobras (Nota 13)	41		(137)	(96)
Integralizações de capital (Nota 13) Baixas de capital (Nota 13)	1.258 (163)			1.258 (163)
Sobras do semestre	(100)		267	267
Destinações legais e estatutárias Juros ao capital próprio (Nota 13)			(168)	(168)
Em 30 de junho de 2015	5.288	614	99	6.001
Em 1º de janeiro de 2016	6.031	814	275	7.120
Destinação do resultado acumulado Distribuição de sobras mediante aporte de capital (Nota 13) Integralizações de capital (Nota 13)	137 597		(275)	(138) 597
Baixas de capital (Nota 13) Sobras do semestre Provisão juros ao capital	(186)		512 (126)	(186) 512 (126)
Em 30 de junho de 2016	6.579	814	386	7.779

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Em milhares de reais

	Semestre findo em 30 de ju	
	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Sobras do semestre/semestre	555	289
Ajustes as sobras líquidas	749	389
Despesas de depreciação e amortização	93	69
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	674	315
Provisão para contingências	(18)	5
Variações patrimoniais	(1.566)	5.051
Operações de crédito	(2.077)	(9.421)
Outros créditos	(380)	(924)
Outros valores e bens	435	, ,
Depósitos	6.704	10.436
Obrigações por empréstimos e repasses	(500)	6.035
Relações de interdependências e interfinanceiras	(5.809)	(863
Outros ativos e passivos, líquidos	61	(212)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(262)	5.729
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		(000)
Aquisição de investimentos	(45)	(262)
Aquisição de imobilizado de uso	(15)	(33)
Aplicação no intangível	(11)	(42)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(26)	(337)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Variações patrimoniais		
Aumento de capital	597	1.258
Baixa de capital	(187)	(163)
Distribuição de sobras	(137)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	273	1.095
Aumento (redução) líquido de caixa e de equivalentes de caixa	(15)	6.487
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ semestre	276	5.184
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/ semestre	261	11.671

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Médio Oeste - Sicoob Médio Oeste ("Cooperativa") é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Central das Cooperativas de Crédito Unicoob - Sicoob Central Unicoob ("Sicoob Central Unicoob"). A Cooperativa é uma Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 6 de junho de 2005 e tem por objetivos principais:

- (a) proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados através de suas atividades específicas;
- (b) prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- (c) atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo; e
- (d) estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sistema Sicoob.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/05 e nº 12.024/09) e as normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Foram adotados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitaram com a regulamentação do CMN e BACEN, quais sejam:

- CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) Demonstrações do Fluxo de Caixa homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 (R1) Divulgação de Partes Relacionadas homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) Pagamento Baseado em Ações homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 Evento Subsequente homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 Benefícios a Empregados CMN nº 4424/15.
- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A divulgação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de agosto de 2016.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Apuração das sobras ou perdas

As sobras ou perdas são apuradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração das sobras ou perdas do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos sociais e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda (IR) e contribuição social (CSLL) quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Composta por depósitos interfinanceiros junto à Sicoob Central Unicoob, os saldos são evidenciados acrescidos da atualização mensal dos valores de acordo com a aplicação da taxa de juros praticadas para cada aplicação.

(d) Demais instrumentos financeiros

A Cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

(e) Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasse interfinanceiro para a Sicoob Central Unicoob, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de crédito

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas *pro rata temporis* até a data do balanço.

(g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira, e fundamentada na análise das operações, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras. Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Cooperativa classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros. A administração classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela referida resolução para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Ciassificação do cliente
A vencer ou até 14 dias	AA
Até 15 dias	A
De 16 a 30 dias	В
De 31 a 60 dias	С
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	Е
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	Н

Classifiassãs

A atualização das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(h) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado de uso está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais que levam em consideração a vida útileconômica dos bens.

O intangível está demonstrado ao custo de aquisição e é amortizado com base na vigência dos direitos contratuais ou a partir do momento em que começam a gerar os respectivos benefícios.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma Demais ativos circulantes e Longo Prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações

monetárias *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(j) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e outros ativos permanentes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A administração não identificou evidências de perdas não recuperáveis em 30 de junho de 2016 e de 2015.

(I) Depósitos

(i)

O valor apresentado nas demonstrações financeiras está acrescido dos juros incorridos até a data de encerramento do período, através da aplicação mensal das taxas contratadas para as operações.

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os depósitos a prazo estão classificados no balanço patrimonial considerando sua exigibilidade.

(m) Obrigações por empréstimos

Registradas de acordo com os recursos tomados, sendo atualizados mensalmente de acordo com os juros incorridos no período e liquidações que possam ter ocorrido.

(n) Provisão para causas judiciais

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações cíveis e trabalhistas. Essas causas judiciais são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável. A Cooperativa avalia a necessidade de provisão para causas judiciais referentes a ações cujo risco de perda é classificado como provável, de acordo com a avaliação de assessores jurídicos. Alterações no entendimento dos assessores jurídicos podem refletir em alterações nos valores contabilizados nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(o) Demais passivos circulantes e exigível a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para causas judiciais, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

(q) Provisão para participação nos resultados - PLR

A PLR é uma modalidade de remuneração variável, baseada na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à *performance* da Cooperativa.

A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao Sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Disponibilidades	261	235
Centralização financeira em Cooperativa Central	7.578	11.436
	7.839	11.671

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- (a) Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
- (b) Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.
- (c) Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.
- (d) Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

A remuneração média da Centralização Financeira no semestre findo em 30 de junho de 2016 foi de 99,62 % (2015 – 99,52%) do CDI e sua liquidez é imediata, desde que a cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Central Unicoob. No semestre findo em 30 de junho de 2016, a remuneração da centralização financeira foi de R\$ 564 (2015 - R\$ 410), respectivamente, registrada no grupo "Outras receitas operacionais" da demonstração das sobras ou perdas (Nota 17).

5 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

			2016	2015
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Operações de crédito Empréstimos e títulos descontados Financiamentos	24.204	11.438	35.642	23.461
	1.460	2.007	3.467	2.627
Financiamentos rurais e agroindustriais Carteira total	9.045	1.517	10.562	8.594
	34.709	14.962	49.671	34.682

A remuneração média no semestre findo em 30 de junho de 2016 das operações de empréstimo e financiamentos é de 11,50% ao ano, proporcionando uma receita de R\$ 5.711 no semestre (2015 - R\$ 3.216 e a remuneração média foi de 9,54% ao ano), registrada na rubrica "Operações de crédito" da demonstração de sobras e perdas.

(b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

		Carteira	oper	Provisão para ações de crédito
	2016	2015	2016	2015
Níveis de risco				
Nível AA	864	1.206		
Nível A	23.467	16.425	117	83
Nível B	17.610	11.462	176	115
Nível C	5.717	3.212	172	96
Nível D	692	1.144	69	114
Nível E	320	865	96	259
Nível F	399	67	200	34
Nível G	221	6	155	4
Nível H	761	295	761	295
	50.051	34.682	1.745	1.000

⁽i) A diferença de R\$ 380 se refere a operações de outros créditos contabilizados em títulos e créditos a receber, essas operações possuem provisões de crédito no valor de R\$ 67.

(c) Movimentação da provisão de crédito para liquidação duvidosa:

	2016	2015
Saldo no início do período Constituição Reversão	1.004 8.681 (8.007)	1.259 6.275 (6.534)
	1.678	1.000

(d) Coobrigações em garantias prestadas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Garantias prestadas em operações de associados		
Carta aval/fiança (i)	4.1341	2.346

(i) Refere-se a avais e fianças prestadas pela instituição, não constituídos por dinheiro, onde a instituição se torna responsável perante aos terceiros pelos avais e fianças prestados.

(e) Distribuição das operações por tipo de cliente e atividade econômica

	2016	2015
Cliente		
Pessoa física	9.667	11.056
Pessoa jurídica	27.164	15.212
Produtor rural (PF)	11.867	750
Produtor rural (PJ)	1.353	7.664
	50.051	34.682

Distribuição por faixa de vencimento (f)

	2016	2016
Faixas de vencimento		
Operações vencidas		
Até 30 dias	740	481
Entre 31 e 60 dias	490	179
Entre 61 e 90 dias	160	62
Entre 91 e 120 dias	43	18
Entre 121 e 150 dias	36	41
Entre 151 e 180 dias	42	28
Entre 181 e 240 dias	53	46
Entre 241 e 300 dias	80	6
Entre 301 e 360 dias	10	3
Entre 361 e 540 dias	3	
	1.657	864
0		
Operações a vencer	7 700	
Até 30 dias	7.769	4.021
Entre 31 e 60 dias	5.959	2.150
Entre 61 e 90 dias	5.271	1.633
Entre 91 e 180 dias	7.144	4.532
Entre 181 e 360 dias	6.897	5.622
Entre 361 e 720 dias	7.065	10.548
Entre 721 e 1.080 dias	4.555	2.789
Entre 1.081 e 1.440 dias	2.218	1.391

	Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma Entre 1.441 e 1.800 dias Entre 1.801 e 5.400 dias Vencer prazo indeterminado (cheque especial e limite de crédito)	691 445 	541 591
		48.014	33.818
		49.671	34.682
(g)	Operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas		
		2016	2015
	Operações Renegociadas Lançadas contra prejuízo Recuperadas de prejuízo	3.435 210 58	2.301 568 8
6	Outros créditos – Diversos		
		2016	2015
	Adiantamentos e antecipações salariais Adiantamentos para pagamentos de nossa conta Devedores por compra de valores e Bens Devedores por depósitos em garantia (i) Impostos e contribuições a compensar Pagamentos a ressarcir	39 30 300 281 125	26
	Títulos e créditos a receber Devedores diversos - País	44 216	23
		1.035	395
	(i) Refere-se a saldo de depósito judicial realizado em novembro o	de 2016.	
7	Outros valores e bens		
(a)	Outros valores e bens- diversos		
		201	6 2015
	Bens de uso não próprio (-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	36 (126	
		23	4 160
	(b) Despesas antecipadas	2016	2015
	Prêmios de seguros Aluguéis Contribuição sindical patronal	4 159 13	3 201 9

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma IPTII

4	4
180	218

8 Permanente

Outros

(a) Investimentos

Investimentos	2016	2015
Participação na Sicoob Central Unicoob (*) Participação na Administradora de Consórcio Sicoob Paraná Ltda.	701 1	701 1
	702	702

^(*) Participação, em 30 de junho de 2016, referente a 0,90% (2015 – 0,80%) do capital social da Sicoob Central Unicoob registrado pelo seu valor de aquisição.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 não ocorreram integralizações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma (b) Imobilizado

						2	2016	
	Saldo inicial	Aquisições	Baix	xas [Depreciaçã	ăo Saldo f	inal	Taxa depreciação
Instalações Móveis e equipamentos de uso Sistema de comunicação	189 270 14	1		(1)	(1 (1 ()		179 255 12	
Sistema de processamento de dados Sistema de segurança Sistema de transporte	160 42 38	5 6		(4) (5)	(2-		137 41 34	
Olstonia de transporte	713	15	((10)	(6)	<u> </u>	658	
						2015		
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depre	eciação :	Saldo final	deprec	axa de iação - <u>%</u>
Imobilizações em curso Instalações Móveis e equipamentos de uso Sistema de comunicação	0 62 177 6	42 135 72			(6) (13) (2)	42 191 236 8		10 10 20
Sistema de comunicação Sistema de processamento de dados Sistema de segurança Sistema de transporte	151 27	4 25 26			(23) (5)	153 48		20 20 20
	423	304			(49)	678		
(c) Intangível								
						2016		
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depre	eciação :	Saldo final	deprec	axa de iação - <u>%</u>
Sistema de processamento de dados – <i>software</i> Instal. adaptação de	82	11	(5)		(6)	82		20
dependências	58		(1)		(11)	46		20
	140	11	(6)		(17)	128		
							2015	
	Saldo inicial	(Baixas) Aquisição	Amortiz	ação	Saldo fina		Taxa de ıção - %	
Sistema de processamento de dados – software Outros ativos intangíveis	62	33		(9)	86	6	20 20	
dados – software	62 81	33		(9) (11)				

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças do software SISBR e ao software de computadores.

9 Depósitos

O grupo de depósitos é constituído pelo saldo mantido pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista) e em aplicações financeiras (depósito a prazo), conforme abaixo:

	2016	2015
Depósitos à vista Depósitos a prazo	6.488 32.157	6.417 22.977
	38.645	29.394

As despesas com captação do semestre findo em 30 de junho de 2016 foram R\$ 1.962 e o percentual médio foi de 6,10% ao ano (2015 - R\$ 1.082 e o percentual médio foi de 3,68% ao ano), registrada na rubrica "Despesas de Intermediação Financeira — Operações de captação no mercado" na Demonstração de sobras ou perdas.

10 Obrigações por empréstimos e relações interfinanceiras

			2016	2015
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Relações interfinanceiras Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob Obrigações por empréstimos	8.426	1.637	10.063	10.899
Sicoob Central Unicoob	1.100		1.100	496
	9.526	1.637	11.163	11.395

O grupo "Relações interfinanceiras" refere-se a recursos tomados junto ao Sicoob Central Unicoob e Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob, com vencimento até 30 de setembro de 2024. Os encargos financeiros são calculados *pro rata*, tomando-se por base a taxa CDI mensal, divulgada pelo Banco Central do Brasil, incidentes sobre o saldo devedor. No semestre de 2016 a taxa média dos encargos referente aos empréstimos tomados junto ao Sicoob Central Unicoob foi de 3,94% a.a. do CDI e das operações com o Bancoob 5,70 % a.a. representam uma despesa de R\$ 550 em 2016 (2015 R\$ 103), lançada em operações de empréstimos e repasses na demonstração de sobras ou perdas.

11 Outras obrigações – diversas - circulante

	2016	2015
Obrigações por aquisição de bens e direitos		14
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	15	5
Provisão para pagamentos a efetuar	548	531
Provisão para causas judiciais (Nota 12)	37	8
Provisão para garantias prestas	28	
Credores diversos – País	258	192

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

886 750

Os grupos "Provisão para pagamentos a efetuar" e "Credores diversos - País" referem-se aos valores pendentes de compensação pela Cooperativa, como cheques depositados e não compensados e cobranças pendentes de repasse. Além desta composição, os saldos registram obrigações sociais a pagar para colaboradores, bem como as provisões para despesas administrativas e juros sobre o capital próprio.

12 Provisão para causas judiciais

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados a causas judiciais cíveis e trabalhistas com probabilidade de perda considerada como provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. A administração não tem conhecimento de causas tributárias nas quais a Cooperativa esteja envolvida no polo ativo ou passivo.

	Probabilidade de perda	Valor estimado de perda	valor provisionado - saldo em 30 de junho de 2016
Natureza			
Cível	Provável	29	29
Cível	Possível	1.217	
Trabalhista	Provável ₋	8	8
	-	1.254	37

	Probabilidade de perda	Valor estimado de perda	Valor provisionado - saldo em 30 de junho de 2015
Natureza Cível	Provável _	8	8
		8	8

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	2016	2015
Capital social - milhares de reais	6.579	5.288
Número de associados	3.987	3.168

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Integralizações e baixa de capital

Representam respectivamente o ingresso de novos associados com integralização de cotas-partes e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado no total de R\$ 597 (2015 – R\$ 1.258) e R\$ 186 (2015 – R\$ 163), respectivamente, referente ao semestre de 2016.

(c) Juros sobre capital próprio

Em 30 de junho de 2016 a Cooperativa provisionou o valor de R\$ 88 (2015 - R\$ 168) a título de juros sobre capital próprio, para aumento de capital no semestre de 2016.

O cálculo dos juros sobre capital próprio está de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 130/2009 e trata-se de remuneração das cotas-partes do capital limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). O pagamento efetivo ocorrerá no último dia útil do semestre corrente.

(d) Fundo de reserva

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do semestre, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. Para a Cooperativa, o percentual utilizado é de 40% das sobras líquidas do semestre, conforme o Estatuto Social.

(e) FATES

De acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas de crédito estão obrigadas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no semestre, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social.

(f) Destinação do resultado acumulado

Na Assembleia Geral Ordinária de 17 de março de 2016, foi aprovada a destinação das sobras de R\$ 275 (2015 – R\$ 137) referentes ao semestre de 2015, sendo 50% para distribuição aos associados através de crédito em conta corrente e 50% em integralização de capital, proporcionalmente às operações por eles realizadas com a Cooperativa no semestre de 2015.

14 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	Semestre findo em 30 de Junho		
	2016	2015	
Rendas de serviços bancários	253	148	
Rendas de tarifas bancárias	465	315	
Outras receitas diversas	206	193	
Total	924	656	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O item outras receitas diversas apresenta saldo de R\$ 206 (2015 – R\$ 193), sendo que deste valor, R\$ 83 (2015 – R\$ 52) refere-se a rendas recebidas do Bancoob e R\$ 25 (2015 – R\$ 95) refere-se a rendas comissão intercâmbio Mastercard e Cabal.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Despesas de pessoal

	Semestre findo em 30	de junho
	2016	2015
Honorários pagos a diretores e conselheiros	194	167
Proventos	729	534
Encargos sociais	247	209
Benefícios	248	199
Remuneração a estagiários	8	20
Total	1.426	1.129

16 **Despesas administrativas**

	Semestre findo em 30 de junho	
	2016	2015
Outras despesas administrativas	474	207
Serviços do sistema financeiro	467	288
Serviços de vigilância e segurança	146	117
Despesa de comunicações	80	<i>7</i> 5
Serviços de terceiros	110	136
Depreciação	70	49
Processamento de dados	116	83
Aluguéis	77	64
Promoções e relações públicas	45	40
Manutenção e conservação de bens	10	13
Água, energia e gás	59	33
Material	33	32
Propaganda e publicidade	14	9
Seguros	14	5
Amortização	23	20
Serviços técnicos especializados	43	4
Transporte	85	13
Viagem no país	14	13
Publicações	1	
Total	1.881	1.201

17 **Outras receitas operacionais**

	Semestre findo em 30 de junho	
	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	278	12
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 4)	564	410
Outras rendas operacionais	207	1
	1.049	423

18 **Outras despesas operacionais**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Semestre findo em 30 de junho	
	2016	2015
Despesa do fundo garantidor de depósito	45	24
Descontos concedidos – Operações de Credito	11	12
Descontos de cancelamento de tarifas pendentes	25	11
Outras contribuições diversas (i)	66	68
Tarifa recebimento convênio INSS	1	1
Contribuição fundo ressaridor de fraudes externas	1	
Contribuição fundo ressarcidor de perdas operacionais	1	
Passivos trabalhistas/Contingentes	26	
Outras despesas operacionais	6	
Contribuição ao Fundo Tecnologia da informação	54	
Multa e juros diversos	4	1
	240	117

(i) Referem-se a contribuições aos fundos de amparo ao PAC, ao fundo de comunicação e marketing e ao fundo mútuo de valores.

19 Participação dos colaboradores no resultado

Encontra-se provisionada na demonstração de sobras e perdas um valor relativo à provisão de participação dos colaboradores no resultado (PLR). Essa provisão é realizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

A PLR é uma modalidade de remuneração variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à *performance* da Cooperativa.

A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

Em 30 de junho de 2016, o valor provisionado é de R\$ 125 (2015 - R\$ 64) registrados na rubrica "Outras obrigações – diversas".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na Cooperativa por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa, inclusive diretores e executivos da mesma.

Incluem-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela Cooperativa ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

-		2010
Depósitos a vista	16	36
Pessoas físicas	16	36
Depósitos a prazo	185	133
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	185	133
Operações de crédito	122	106
Remuneração de empregados e administradores - pessoas-chave	458	703
Adicionalmente, as cooperativas realizam transações com a Sicoob C	entral Unicoob:	
<u>-</u>	2016	2015
Centralização financeira (Nota 4)	7.578	11.436
Obrigações por empréstimos e relações interfinanceiras (Nota 10)	11.163	11.395

2015

410

2016

564

As despesas do Sicoob Central Unicoob são rateadas mensalmente para as cooperativas a ela filiadas de acordo com os critérios abaixo:

(a) Despesas de pessoal alocáveis - o valor total dos custos com pessoal é dividido de acordo com os indicadores preestabelecidos.

Remuneração da Centralização Financeira (Nota 17)

- (b) Despesas fixas e de diretoria é dividida em partes iguais para as cooperativas, considerando-se quantidade de singulares.
- (c) Demais despesas não alocáveis as despesas não alocáveis vão compor o valor global, sendo rateado pelo critério de 50% proporcional aos recursos administrados e 50% pela carteira de crédito.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o valor de despesa rateada para a cooperativa foi de R\$ 397 (2015 – R\$ 142), alocadas no grupo "Despesas administrativas" na demonstração de sobras ou perdas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Índices de Basileia e de imobilização

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	2016	2015
Limites operacionais		
Patrimônio de Referência (PR)	7.700	5.782
Ativo Ponderado por Risco RWA	48.898	34.980
Índice de Basileia - %	15,75	16,53
Imobilizado para cálculo do limite	3.142	742
Índice de imobilização (limite 50%) - %	9,19	12,83

22 Estrutura de gerenciamento de riscos

A Cooperativa gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para a administração, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

(a) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa é realizado por uma estrutura cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Cooperativa aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

(b) Risco de mercado e risco de liquidez

A Cooperativa aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Sistema e Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. Também é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pelo Sistema Sicoob, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Cooperativa. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Sistema Sicoob. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

(d) Risco de capital

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sistema Sicoob com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as entidades do Sistema Sicoob estão sujeitas;
- Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sistema Sicoob;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Nadir Lulu Ferreira da Costa Diretora-presidente

CPF: 369.827.179-68

Rodrigo Dencati da Cruz Diretor administrativo financeiro

CPF: 047.473.749-73

Gabriel Amauri Mattana Contador

CRC 064071/O - 8 PR CPF: 062.235.049-85